



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 309/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:**Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**UNIDADE:**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

**ASSUNTO:**Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:**Solicitação de dados referentes aos fomentos/auxílios concedidos no período de 2010 a 2020 com especificação dos valores concedidos do programa SCIELO, e os relatórios técnicos/acadêmicos e a prestação de contas com o detalhamento das despesas realizadas com os recursos. Objeto não abrangido pela LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 309/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, número SIC em epígrafe, para solicitação de dados referentes aos fomentos/auxílios concedidos no período de 2010 a 2020 com especificação dos valores concedidos do programa SCIELO, e os relatórios técnicos/acadêmicos e a prestação de contas com o detalhamento das despesas realizadas com os recursos.
2. Em resposta e em recurso, o órgão enviou ao solicitante os dados e informações referentes aos processos ligados ao programa SCIELO, bem como comunicou onde os processos de prestação de contas com o detalhamento das despesas referentes aos gastos dos recursos públicos disponibilizados para o pesquisador estariam disponíveis para consulta presencial na sede do órgão. E negou acesso aos relatórios técnicos/acadêmicos, por entender não que os resultados científicos alcançados, são obras protegidas por direitos autorais, nos termos da Lei federal 9.610, de 19 de janeiro de 1998. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado - OGE, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. De fato, a Lei federal nº 9.610/1998 que regula os direitos autorais, estabelece que são obras intelectuais protegidas, as criações de espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, como, entre outras, os textos de obras literárias, artísticas ou científicas (art. 7º, I).
4. No caso em apreço, observa-se que o pedido foi adequadamente atendido pelo órgão, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), justificando-se a negativa de acesso a uma parte das informações solicitadas, conforme o disposto no artigo 29 do Decreto nº 58.052,

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



de 16 de maio de 2012.

5. Observa-se, também, que agora em grau recursas de 2ª instância, o requerente não solicitou a reforma da decisão, mas realizou uma reclamação, que não é prevista na Lei de Acesso à Informação - LAI.
6. Nesse sentido, cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "*a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato*". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorridos: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
7. Assim, considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação, nem almejar a reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20, incisos I a IV, do aludido Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 30 de julho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado